

ÍNDICE GERAL

ENQUADRAMENTO E AGRADECIMENTOS	9
PALAVRAS DE APRESENTAÇÃO DA TESE PROFERIDAS NAS PROVAS PÚBLICAS DE DOUTORAMENTO, A 11 DE JULHO DE 2022, EM COIMBRA	13
SIGLAS E ABREVIATURAS	21
INTRODUÇÃO	23

PARTE I DIREITO PENAL E FINS DAS PENAS

CAPÍTULO 1 – A PENA CARECE DE JUSTIFICAÇÃO	33
1.1. «Fundamento» e «fins» das penas. O sentido da pena	33
1.2. Breve apontamento sobre os tradicionais “fins das penas”	40
1.2.1. Pena e Retribuição	40
1.2.2. Pena e Prevenção Geral	43
1.2.3. Pena e Prevenção Especial	43
1.2.4. Sistemas mistos dos fins da pena	47
CAPÍTULO 2 – FINS DAS PENAS NA ORDEM JURÍDICO-PENAL VIGENTE EM PORTUGAL	49
2.1. Síntese histórica	49
2.2. Súmula da doutrina portuguesa atual em matéria de fins das penas	51
CAPÍTULO 3– TOMADA DE POSIÇÃO A FAVOR DE UMA CONCEÇÃO ÉTICO-RETRIBUTIVA	63
3.1. Introdução histórica e considerações teóricas	63
3.2. Ecos dos “fins das penas” no CP português	75
3.2.1. Introdução: indicação da perspetiva aqui adotada em matéria de medida da pena	75
3.2.2. Fins das penas e medida da pena no CP vigente	77

3.2.2.1. O regime antes da reforma de 1995	77
3.2.2.2. O regime na reforma de 1995	79
3.2.3. Fins das penas na jurisprudência portuguesa do STJ	83

CAPÍTULO 4 – EXCURSO: A PENA – PASSAGEM CRÍTICA
POR *LUGARES-COMUNS*

4.1. Pena retributiva: um mal que é equivalente ao mal do crime?	87
4.2. Porque sofrem os culpados? A penosidade da pena	90
4.3. Pena e Expição	92
4.4. Pena, Retribuição e Religião	100
4.5. Pena e Penitência	104
4.6. Pena, Retribuição e Vingança	107
4.7. Justiça penal e justiça restaurativa	114

PARTE II

UM *PRIUS* HERMENÊUTICO: A LEGÍTIMA DEFESA

CAPÍTULO 1 – LEGÍTIMA DEFESA: SENTIDO E FUNDAMENTO;
VALIDADE E LIMITES DE UMA LEGITIMAÇÃO HISTÓRICA

127

CAPÍTULO 2 – LEGÍTIMA DEFESA: APROXIMAÇÕES A PARTIR
DA ORDEM JURÍDICO-PENAL PORTUGUESA

133

2.1. A situação de legítima defesa: “agressão atual e ilícita”	134
2.2. Excurso: agressão virtual (?). Legítima defesa especial para casos especiais (?). Deverá o «género» influenciar a legítima defesa?	139
2.3. Requisitos da defesa	149
2.3.1. Os elementos subjetivos da legítima defesa	149
2.3.1.1. Os elementos subjetivos e a questão do <i>animus defendendi</i>	149
2.3.1.2. Consequência da falta de elementos subjetivos	152
2.3.1.3. O erro sobre os pressupostos objetivos da legítima defesa	153
2.3.2. Requisitos da ação de defesa	160
2.3.2.1. Da necessidade da defesa	160
2.3.2.2. Da exigência de proporcionalidade entre os bens	161
2.3.2.2.1. A posição de Fernanda Palma	161
2.3.2.2.2. A posição de Taipa de Carvalho	162
2.3.2.2.3. Tomada de posição	165
2.3.2.2.3.1. O significado de «proporcionalidade» e a sua importância hoje	165
2.3.2.2.3.2. Proporção e correlatividade de bens na legítima defesa	171

2.4.1. Fontes e história do preceito	292
2.4.2. O excesso não-punível no Código Penal alemão	294
2.4.3. O excesso não-punível na legítima defesa na doutrina portuguesa atual	296
2.4.4. O excesso não-punível na jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça	300
CAPÍTULO 3 – PERSPETIVA ADOTADA: EXPOSIÇÃO LÓGICO-ANALÍTICA	303
3.1. O contexto do excesso: a situação da legítima defesa e o excesso nos meios	303
3.2. Elementos subjetivos do excesso na legítima defesa	305
3.3. A localização dogmática do excesso na legítima defesa	307
3.3.1. A atenuação da pena no artº 33º, nº 1	307
3.3.2. Localização dogmática do excesso no nº 2 do artº 33º	309
3.4. A centralidade das emoções na não-punibilidade do excesso na legítima defesa	311
3.4.1. A relação razão – emoções e o Direito e a Filosofia Penal: enquadramento	312
3.4.2. Excurso: razão, vontade e paixão na história	314
3.4.3. Emoções hoje	335
3.4.4. Emoções: o que são afinal?	338
3.4.5. Emoções e motivos	341
3.4.6. Pré-compreensões sobre os significados semântico e pragmático das emoções presentes no artº 33º, nº 2 do CP	344
3.4.7. Emoções e censurabilidade no excesso na legítima defesa penal	348
3.4.7.1. Emoções estéticas e astéticas: distinção relevante?	349
3.4.7.2. Excurso: «medo» e «ira», emoções culturalmente paradigmáticas	356
3.4.7.2.1. A «ira»	356
3.4.7.2.2. O «medo»	365
3.4.8. Emoções e causalidade no excesso na legítima defesa	369
3.4.8.1. Excurso: a questão da «causalidade psíquica»	370
3.4.8.2. Causalidade «da» emoção e causalidade «pela» emoção no excesso	373
3.4.9. Não-censurabilidade das emoções no excesso na legítima defesa	379
3.4.9.1. Sobre o que se (não) censura no excesso na legítima defesa: o debate	380
3.4.9.2. A não censurabilidade no excesso na legítima defesa: posição adotada	382
3.4.9.2.1. O sentido (s) em que a emoção pode ou não ser censurada	382

3.4.9.2.2. O sentido da cláusula de não censurabilidade das emoções no excesso na legítima defesa	383
3.4.9.2.3. O argumento sistemático, dogmático e normativo da relativa similitude de regimes entre o excesso não-punível e o homicídio privilegiado (artº 133º CP)	390
3.4.9.2.3.1. Sobre a compreensibilidade da emoção no artº 133º	391
3.4.9.2.3.2. Sobre a diminuição sensível da culpa no artº 133º CP	394
3.4.9.2.3.3. A (não) censurabilidade das emoções – alguns dos sentidos possíveis	401
 CAPÍTULO 4 – NÃO-PUNIBILIDADE DO EXCESSO NA LEGÍTIMA DEFESA: FUNDAMENTAÇÃO JUSFILOSÓFICA	 407
4.1. O fundamento onto-antropológico do Direito Penal, de matriz moral, e a sua repercussão no excesso não punível na legítima defesa	407
4.2. A ética por detrás do excesso na legítima defesa: debate a partir de um diálogo com Faria Costa	412
 CONCLUSÕES	 425
BIBLIOGRAFIA	433
JURISPRUDÊNCIA DO STJ CITADA	461